

**INFLUÊNCIA DOS PRINCÍPIOS E VALORES DO
COOPERATIVISMO NA RELAÇÃO ENTRE GOVERNANÇA
CORPORATIVA E TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE¹**

***INFLUENCE OF COOPERATIVISM PRINCIPLES AND
VALUES ON THE RELATIONSHIP BETWEEN CORPORATE
GOVERNANCE AND TRIPLE BOTTOM LINE***

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.13059/RACEF.V15I2.1163](http://dx.doi.org/10.13059/RACEF.V15I2.1163)

Camila Belli Kraus

knilabk@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau

Camila Adam

adam.camila11@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau

Paulo Roberto da Cunha

pauloccsa@furb.br

Universidade Regional de Blumenau

Sady Mazzioni

sady@unochapeco.edu.br

Universidade Regional de Blumenau

Data de envio do artigo: 07 de Setembro de 2023.

Data de aceite: 12 de Março de 2024.

Resumo: O objetivo foi analisar a influência dos princípios e valores do cooperativismo na relação entre a governança corporativa e o tripé da sustentabilidade de cooperativas de crédito. Aplicou-se o estudo com 41 agentes de governança de uma cooperativa de crédito e suas singulares do Sul do Brasil, empregando análise fatorial e regressão linear múltipla como análise. Os resultados indicam que quanto mais desenvolvidos os mecanismos de governança de uma cooperativa de crédito, maior tende a ser o tripé da sustentabilidade e que a aplicação dos princípios e valores do cooperativismo melhoram as práticas do pilar econômico. Ademais, as cooperativas de crédito potencializam o pilar social quando adotam boas práticas de governança corporativa e quando alinhadas com os princípios e valores do cooperativismo. Sinaliza-se às cooperativas de crédito a importância de se trabalhar o tripé da sustentabilidade, pois quando relacionado aos princípios e valores da organização, contribui com o crescimento desta.

Palavras-chave: Princípios e Valores Cooperativistas; Governança Corporativa; Tripé da Sustentabilidade; Cooperativa de Crédito.

Abstract: *The objective was to analyze the influence of cooperative principles and values on the relationship between corporate governance and the triple bottom line of credit cooperative sustainability. The study was carried out with 41 governance agents of a credit cooperative and its singular entities in the South of Brazil, using factor analysis and multiple linear regression as analysis. The results indicate that the more developed the governance mechanisms of a credit cooperative, the greater the triple bottom line tends to be and that the application of cooperative principles and values improves the practices of the economic pillar. Furthermore, credit cooperatives enhance the social pillar when they adopt good corporate governance practices and when aligned with the principles and values of cooperativism. It signals to credit cooperatives the importance of working on the triple bottom line of sustainability, as when related to the principles and values of the*

organization, it contributes to its growth.

Keywords: *Cooperativism Principles and Values; Corporate Governance; Triple Bottom Line; Credit cooperative.*

1 INTRODUÇÃO

Devido aos problemas ambientais e sociais que surgiram nas últimas décadas, as preocupações sobre como atingir o desenvolvimento sustentável aumentaram (Veber et al., 2016). Além disso, em virtude da crescente pressão por transparência nas organizações, ampliou-se o enfoque nas questões envolvendo a responsabilidade social corporativa e a governança corporativa (Cunha; Deretti; Silva, 2015).

As temáticas da governança corporativa e da sustentabilidade estão interligadas (Bonfim; Teixeira; Monte, 2015), ou seja, possuem uma conexão de mão dupla, em que uma depende da outra para existir eficientemente (Lodhia; Martin, 2014; Nunes et al., 2016). As boas práticas da governança corporativa são conhecidas por facilitar o alinhamento de interesses, permitindo que a organização preserve e otimize seu valor econômico, permitindo sua perenidade e o bem comum (Instituto Brasileiro Governança Corporativa [IBGC], 2023). Nesse sentido, a governança corporativa está relacionada com o desenvolvimento sustentável das organizações, ou seja, com a sustentabilidade em relação aos pilares econômico, social e ambiental (Maciel et al., 2018).

O relacionamento entre governança corporativa e o tripé da sustentabilidade também é destaque nas cooperativas, organizações com propriedade conjunta e gestão democrática que buscam atender as necessidades socioeconômicas dos seus associados (International Cooperative Alliance [ICA], 2021). A aplicação de boas práticas da governança corporativa é importante para as cooperativas intensificarem seu desempenho sustentável e reduzirem conflitos de interesse (Costa; Chaddad; Azevedo, 2013; Maciel et al., 2018).

Ademais, o desenvolvimento do tripé da

sustentabilidade tende a ser impulsionado nas cooperativas, em decorrência dos princípios e valores característicos dessas instituições e da própria estrutura de governança corporativa empregada por estas (Tres; Mazzioni; Baú Dal Magro, 2022), que prioriza os diversos stakeholders, atendendo a um conjunto mais amplo de interesses (Tosini; Bastos, 2008).

A existência de uma boa gestão e processos organizacionais que consideram as questões sustentáveis e os princípios e valores cooperativistas, resultou no crescimento do cooperativismo. Atualmente, os cooperados representam 12% da população mundial vinculados a mais de 3 milhões de cooperativas ao redor do mundo que contribuem para o crescimento econômico e sustentável, gerando mais de 280 milhões de empregos (ICA, 2021).

No Brasil, o cooperativismo está presente em diversos setores: agropecuário, crédito, transporte, trabalho, produção de bens e serviços, saúde, consumo e infraestrutura (Organização das Cooperativas do Brasil [OCB], 2021). Especificamente no ramo de crédito, existem 827 cooperativas destinadas à prestação de serviços financeiros a 10,7 milhões de cooperados, contando com 71,7 mil colaboradores (Anuário do Cooperativismo Brasileiro, 2020).

A partir do contexto retratado, tem-se como pergunta norteadora do estudo qual a influência dos princípios e valores do cooperativismo na relação entre a governança corporativa e o tripé da sustentabilidade de cooperativas de crédito? A partir do problema de pesquisa, o estudo tem como objetivo analisar a influência dos princípios e valores do cooperativismo na relação entre a governança corporativa e o tripé da sustentabilidade de cooperativas de crédito.

Para atender ao objetivo do estudo, empregou-se uma pesquisa de levantamento, que foi aplicada com 41 agentes de governança corporativa que atuam em uma Cooperativa de Crédito Central e em suas 13 filiais, localizadas na região Sul do Brasil. A cooperativa central estudada atende mais de um milhão de cooperados, operacionaliza cerca de sete

bilhões de reais e detém mais de doze bilhões de reais em ativos totais. Para a análise dos dados, empregou-se a Análise Fatorial e a Regressão Linear Múltipla.

A partir dos resultados da pesquisa, constatou-se que no contexto de cooperativas de crédito, o tripé da sustentabilidade tende a ser melhor estruturado quando os mecanismos de governança estão mais desenvolvidos. Ainda, foi possível perceber que a aplicação dos princípios e valores do cooperativismo contribuem positivamente para melhorar as práticas do pilar econômico da cooperativa. Por fim, observou-se que quando as cooperativas de crédito adotam boas práticas de governança corporativa e estão alinhadas com os princípios e valores do cooperativismo, potencializam o pilar social.

O estudo é relevante ao trabalhar com o tema da sustentabilidade em cooperativas de crédito, visto ser um eixo temático pouco explorado, apesar da importância reconhecida das cooperativas nas comunidades que atuam, conforme Viana (2016). Além disso, o estudo contribui com o conhecimento teórico-empírico sobre o alinhamento entre a governança corporativa e os princípios e valores cooperativistas, trazendo novos insights e compressões sobre esse relacionamento.

2 Revisão de Literatura e Hipóteses

Num mundo em que as expectativas da sociedade com relação à adoção de boas práticas pelas empresas são crescentes, a governança e a sustentabilidade corporativa são termos que ganham cada vez mais notoriedade, inclusive nas cooperativas de crédito (Benites; Polo, 2013; Santos et al., 2021).

A governança corporativa é compreendida como o mecanismo de direção, monitoramento e incentivo das organizações, que envolve várias partes interessadas, como sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle. A governança corporativa estabelece boas práticas nas organizações, sendo fundamentais na transformação de princípios gerais em recomendações objetivas (IBGC,

2023).

Em relação a sustentabilidade, as discussões se ampliaram a partir do conjunto de 17 objetivos criados pela Organização das Nações Unidas (ONU), incluído na Agenda 2030, com o intuito de promover um modelo de desenvolvimento que reflita os desafios ambientais, sociais e econômicos enfrentados na sociedade (Bilar et al., 2021). Essa iniciativa surgiu, pois, a expansão das economias mundiais não tem sido sustentável, e conforme apontado por Manzini e Vezzoli (2002), a humanidade está passando por uma transformação, exigindo a transição para uma sociedade mais sustentável. A partir disso, o conceito de desenvolvimento sustentável vem se aprimorando ao longo das últimas décadas (Bilar et al., 2021).

A principal característica das empresas que são orientadas para boas práticas de sustentabilidade é o esforço que é empregado para reduzir os impactos sociais e ambientais. Esse esforço surge por meio da adaptação de produtos, processos e até mesmo de estruturas organizacionais, considerando as atitudes dos diferentes atores para realizar negócios por meio de atividades que respeitem o meio ambiente (Schaltegger; Burritt; Petersen, 2003).

Os mecanismos de governança corporativa são fundamentais para que os processos de boas práticas de governança corporativa e sustentabilidade abarquem as questões éticas, sociais e ambientais, e se consolidem na prática (Benites; Polo, 2013). Nas cooperativas, existem mecanismos de governança que contribuem com o desenvolvimento sustentável (Schneider, 2015), pois atuam no aprimoramento da transparência e na minimização de conflitos de interesse (Maciel et al., 2018; Tres; Mazzioni; Baú Dal Magro, 2022). A partir disso, entende-se que a governança corporativa pode impactar nas questões relacionadas ao tripé da sustentabilidade das cooperativas de crédito, portanto, apresenta-se a Hipótese 1 do estudo:

H1: A governança corporativa impacta positivamente no tripé da sustentabilidade.

A partir da nova preocupação dos

consumidores, as empresas, além de se preocuparem com seu resultado econômico, passaram também a se preocupar com esses aspectos sociais e ambientais. Como consequência, as empresas perceberam que, se quiserem se manter por mais tempo no mercado, precisam adotar novas práticas sustentáveis para o seu desenvolvimento (Veber et al., 2016).

A partir disso, as organizações passaram a rever suas estratégias para poder integrar as variáveis referentes à sustentabilidade no seu planejamento, implementação e controle, em busca de um diferencial para seus produtos e/ou serviços, para ampliar a sua participação de mercado (Veber et al., 2016). Essas mudanças exercem um forte efeito no ambiente social e político em que a organização está inserida, criando diretrizes e limitações para uma operação eficaz, envolvendo outros aspectos além da maximização do retorno financeiro (Maimon, 1996).

Quando se trata de questões relacionadas a sustentabilidade, nota-se que de forma geral, muitas organizações têm dificuldades em integrar o discurso sustentável com a prática empresarial, pois normalmente o foco está nas questões sociais, ou ambientais, ou econômicas de forma isolada e não tratando os três pilares como um só (Claro; Claro; Amâncio, 2008).

A própria natureza das cooperativas, atrelada aos seus princípios e valores, leva a uma maior identificação com os pilares da sustentabilidade (Fernandez-Guadaño; Lopez-Millan; Sarria-Pedroza, 2020; Tres; Mazzioni; Baú Dal Magro, 2022). No entanto, apesar dessa conexão, as cooperativas também apresentam dificuldades na aplicação de práticas que contribuam com a perenidade da instituição (Viana; Roehe Vaccaro; Senna Venzke, 2018).

Aponta-se que os princípios e valores cooperativistas estão mais conectados ao conceito do pilar social, quando comparados com os pilares ambiental e econômico (Carneiro; Moura-Leite; Arruda, 2018). Em virtude disto, torna-se necessário fazer uma análise mais aprofundada para compreender como as cooperativas realizam a gestão sustentáveis

envolvendo as três dimensões da sustentabilidade (Newell et al., 2015). Nesse sentido, entende-se que quando relacionadas com os princípios e valores da organização, as questões social, ambiental e econômica, contribuem para o crescimento da cooperativa, a partir disso, tem-se a segunda hipótese de pesquisa:

H2: Os princípios e valores impactam positivamente no tripé da sustentabilidade.

Com a divulgação de suas práticas de governança corporativa e políticas, as empresas buscam estabelecer uniformidade entre os valores sociais associados às suas atividades e as normas de comportamentos aceitáveis no sistema social. A divulgação das ações relacionadas à sustentabilidade pode ser vista como uma estratégia que busca responder às expectativas da sociedade. A partir disso, considera-se que a governança corporativa surgiu como possível indutora de ações em prol da sustentabilidade (Casagrande; Lavarda, 2015).

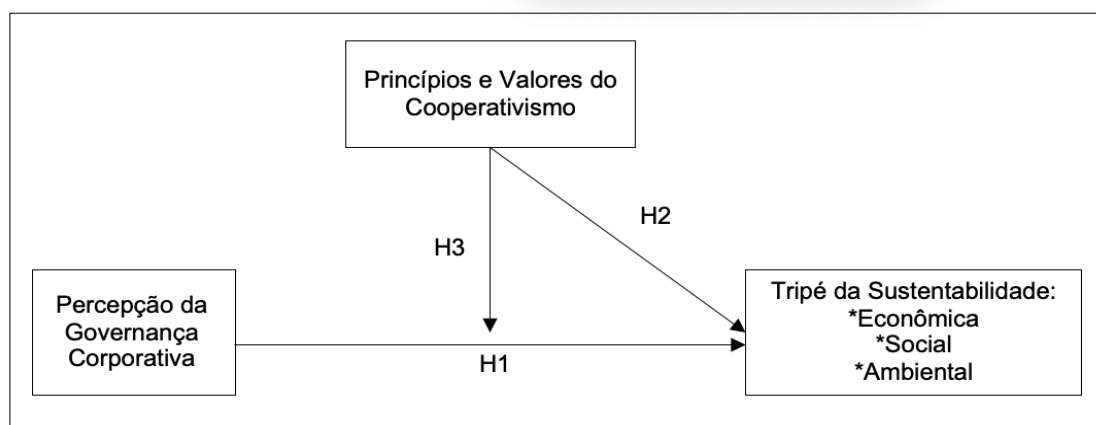
A divulgação das ações relacionadas a sustentabilidade provenientes de uma boa governança corporativa pode ser percebida como mecanismos complementares de legitimidade, favorecendo a construção de diálogos com os stakeholders (Michelon; Parbonetti, 2012).

A governança corporativa, junto com a contabilidade e as transações econômicas, passaram a apresentar eventos ambientais e sociais, almejando prevenir e corrigir danos, bem como salvaguardar o patrimônio (Grün, 2003). Neste sentido, as culturas corporativas que se comprometem com valores sociais e éticos, como os princípios e valores do cooperativismo, podem intensificar os benefícios das boas práticas da governança corporativa no desenvolvimento sustentável das organizações (Moneva; Rivera-Lirio; Muñoz-Torres, 2007; Tres; Mazzioni; Baú Dal Magro, 2022). A partir desse contexto, apresenta-se a terceira hipótese do estudo:

H3: Os princípios e valores do cooperativismo influenciam positivamente na relação entre governança corporativa e o tripé da sustentabilidade em cooperativas de crédito.

A Figura 1 apresenta o modelo de pesquisa, destacando as hipóteses desenvolvidas pelo estudo.

Figura 1 - Modelo de pesquisa



Fonte: Elaboração dos autores

A Figura 1 apresenta as relações que o estudo busca encontrar por meio da pesquisa aplicada com as Cooperativas. Sendo assim, a próxima sessão apresenta a metodologia utilizada para alcançar os objetivos do estudo e testar as hipóteses.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

De acordo com o objetivo proposto, aplicou-se uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa e de levantamento. A pesquisa foi realizada numa cooperativa de crédito (central e 13 filiais) que atende a região Sul do Brasil e o público da pesquisa foram os agentes de governança corporativa (Conselho de Administração, Gerenciamento de Risco, Compliance, Auditoria interna, Controles internos e Diretores) da cooperativa estudada.

O instrumento de coleta de dados foi aplicado de forma online por meio da plataforma Survey Monkey®. Os respondentes foram convidados a participar da pesquisa a partir do e-mail corporativo, enviado diretamente pela Cooperativa. A coleta de dados ocorreu entre julho e agosto de 2021. Ao todo foram coletadas 81 respostas, das quais 41 foram validadas, por apresentarem o questionário totalmente respondido. Salienta-se que antes da aplicação do instrumento, realizou-se um pré-teste dos constructos com os Responsáveis pela Governança Cooperativa da instituição. O foco principal do pré-teste foi a análise das terminologias do constructo, ou seja, se estavam adequadas ao contexto das cooperativas de crédito.

A Tabela 1 indica as variáveis independentes e dependentes do estudo, destacando a forma de mensuração e a base utilizada.

Tabela 1 - Descrição das Variáveis

Variável	Mensuração	Base
Variáveis dependentes		
Sustentabilidade econômica (SE)	6 questões	Veber <i>et al.</i> (2016) e Viana (2016)
Sustentabilidade social (SS)	6 questões	
Sustentabilidade ambiental (SA)	6 questões	
Variáveis independentes		
Governança corporativa (GC)	Representatividade e Participação (23 questões)	Davis e Bialoskorki Neto (2010) e Sistema OCB (2016)
	Direção Estratégica (8 questões)	
	Gestão Executiva (11 questões)	
	Fiscalização e Controle (14 questões)	
Princípios e valores do cooperativismo (PV)	13 questões	Davis e Bialoskorki Neto (2010) e Sistema OCB (2016)

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 1, o instrumento de coleta de dados foi dividido em 3 blocos, utilizando-se a escala Likert de 5 pontos para todas as questões. O primeiro bloco trata da percepção dos agentes sobre os mecanismos de governança da cooperativa, dividindo-se em 4 dimensões: Representatividade e Participação, com 23 questões, respondida por todos; Direção Estratégica, com 8 questões, respondidas apenas pelo Conselho de Administração; Gestão Executiva, com 11 questões, respondidas pelos diretores; e Fiscalização e Controle, com 14 questões, respondidas pelo controle interno, auditoria interna, Compliance e gerenciamento de riscos.

O segundo bloco é referente à percepção dos agentes de governança corporativa sobre os princípios e valores do cooperativismo. O bloco possui 12 alternativas, que foram respondidas por todos. O terceiro bloco destina-se a percepção dos agentes de governança corporativa sobre o tripé da sustentabilidade, sendo respondido por todos os agentes de governança. O bloco possui 6 questões para o pilar econômico, 6 questões para o pilar social e 6 questões para o pilar ambiental. Os constructos da pesquisa estão disponíveis no Anexo.

Vale ressaltar que a pesquisa levou em consideração os aspectos éticos, sendo que a participação dos respondentes foi anônima e voluntária, sem qualquer ônus. Ademais, antes de responderem o instrumento, os participantes receberam uma explicação da proposta da pesquisa,

ocorrendo o processo de consentimento e assentimento livre e esclarecido dos participantes. Os dados foram analisados por meio da Análise Fatorial (R-mode fator analysis) e Regressão Linear Múltipla, a partir do software SPSS®. A Análise Fatorial foi utilizada para extrair as variáveis importantes de cada bloco de perguntas. A partir desse procedimento, empregou-se as informações contempladas nos fatores de cada bloco ou dimensão na criação das variáveis da regressão OLS. Os modelos da regressão OLS seguem as seguintes equações:

$$SE = \beta_0 + \beta_1 GV + \varepsilon \quad \text{Modelo (1)}$$

$$SE = \beta_0 + \beta_1 GV + \beta_2 PV + \beta_3 GC * PV + \varepsilon \quad \text{Modelo (2)}$$

$$SS = \beta_0 + \beta_1 GV + \varepsilon \quad \text{Modelo (3)}$$

$$SS = \beta_0 + \beta_1 GV + \beta_2 PV + \beta_3 GC * PV + \varepsilon \quad \text{Modelo (4)}$$

$$SA = \beta_0 + \beta_1 GV + \varepsilon \quad \text{Modelo (5)}$$

$$SA = \beta_0 + \beta_1 GV + \beta_2 PV + \beta_3 GC * PV + \varepsilon \quad \text{Modelo (6)}$$

Para os modelos, utilizou-se a governança corporativa e os princípios e valores do cooperativismo como variáveis independentes. As variáveis relacionadas ao tripé da sustentabilidade, foram empregadas como variáveis dependentes. Nos modelos 2, 4 e 6, analisou-se a moderação da variável princípios e valores do cooperativismo sobre a relação entre a governança corporativa e o tripé da sustentabilidade.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta sessão os resultados do estudo são analisados. A Tabela 2 apresenta a frequência absoluta e o percentual de respondentes por cooperativa (central e filiadas) e órgão.

Tabela 2 - Respondentes por Cooperativa e Órgão

	Conselho de Administração		Controles internos		Diretoria		Gerenciamento de risco		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cooperativa Central	0	0%	0	0%	1	11,1%	1	100%	2	4,9%
Cooperativa Filiada A	0	0%	1	14,3%	0	0%	0	0%	1	2,4%
Cooperativa Filiada B	8	33,3%	1	14,3%	2	22,2%	0	0%	11	26,8%
Cooperativa Filiada C	1	4,2%	1	14,3%	1	11,1%	0	0%	3	7,3%
Cooperativa Filiada D	4	16,7%	1	14,3%	1	11,1%	0	0%	6	14,6%
Cooperativa Filiada E	0	0%	1	14,3%	0	0%	0	0%	1	2,4%
Cooperativa Filiada F	3	12,5%	1	14,3%	1	11,1%	0	0%	5	12,2%
Cooperativa Filiada G	2	8,3%	0	0%	0	0%	0	0%	2	4,9%
Cooperativa Filiada H	0	0%	0	0%	1	11,1%	0	0%	1	2,4%
Cooperativa Filiada I	3	12,5%	0	0%	1	11,1%	0	0%	4	9,8%
Cooperativa Filiada J	3	12,5%	1	14,3%	1	11,1%	0	0%	5	12,2%
Total	24	100%	7	100%	9	100%	1	100%	41	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que a pesquisa teve a participação de agentes de governança da Cooperativa Central e de 10 Cooperativas Filiadas. A Cooperativa Central teve duas participações, representando 4,9% do total de respostas, sendo um representante da diretoria e outro do gerenciamento de risco.

Dentre as filiadas, a maior participação é da Cooperativa Filiada B, com 26,8% de representatividade, seguida pelas Cooperativas Filiada D (14,6%), Filiada F e J (12,2%, cada). As demais filiadas apresentaram uma participação inferior a 10% cada.

Constata-se ainda que a pesquisa teve a participação de pelo menos um membro do Conselho de Administração, Controles internos, Diretorias e Gerenciamento de risco. De forma geral, tanto a cooperativa central quanto as singulares tiveram participação de pelo menos dois órgãos da governança corporativa, contudo, houve casos que apenas membros do Conselho de Administração, Diretoria ou Controles Internos participaram. Além disso, verifica-se que a maioria dos participantes são membros do Conselho de Administração (58,5%), seguido das Diretorias (22%), Controles Internos (17,1%) e Gerenciamento de Risco (2,4%).

A Tabela 3 apresenta os resultados da análise fatorial, indicando a carga fatorial, o valor do teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e a variação explicada para cada bloco de questões. Em virtude do tamanho da amostra, utilizou-se como linha de corte a carga fatorial de 0,65, conforme Hair et al. (2005).

Tabela 3 - Análise Fatorial

Questão	Carga fatorial					
RPQ14	0,804					
RPQ15	0,737					
RPQ23	0,730					
RPQ21	0,724					
RPQ22	0,652					
DEQ4		0,813				
DEQ6		0,802				
DEQ3		0,759				
PVQ9			0,883			
PVQ12			0,683			
PVQ13			0,677			
SEQ1				0,875		
SEQ5				0,793		
SEQ3				0,783		
SEQ2				0,763		
SSQ4					0,788	
SSQ1					0,727	
SSQ6					0,710	
SSQ5					0,661	
SAQ1						0,848
SAQ3						0,811
SAQ2						0,806
SAQ5						0,716
KMO	0,603	0,619	0,488	0,739	0,681	0,772
Variação explicada	29,5%	43,0%	28,3%	52,5%	41,7%	54,8%

Legenda: RPQ = questões relacionadas a Representatividade e Participação; DEQ = questões relacionadas a Direção Estratégica; PVQ = questões relacionadas aos Princípios e valores do cooperativismo; SEQ = questões relacionadas a Sustentabilidade Econômica; SSQ = questões relacionadas a Sustentabilidade Social; SAQ = questões relacionadas a Sustentabilidade Ambiental.

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 3, cinco questões (RPQ14, RPQ15, RPQ23, RPQ21, RPQ22) apresentaram informações importantes na dimensão Representatividade e Participação. Quanto a Direção Estratégica, três questões (DEQ4, DEQ6, DEQ3) apresentaram carga fatorial acima da linha de corte. Para o bloco de Princípios e Valores do Cooperativismo, as questões (PVQ9, PVQ12, PVQ13) apresentaram informação importante. Em relação a sustentabilidade, doze questões apresentaram carga fatorial acima da linha de corte. Para o pilar econômico foram as questões (SEQ1, SEQ5, SEQ3, SEQ2), quanto o pilar social foram as questões (SSQ4, SSQ1, SSQ6, SSQ5) e em relação ao pilar

ambiental foram as questões (SAQ1, SAQ3, SAQ2, SAQ5).

Ressalta-se que no processo da Análise Fatorial, as dimensões Gestão Executiva e Fiscalização e Controle, do bloco Mecanismos de Governança, não apresentaram informações importantes. Assim, essas duas dimensões não foram utilizadas para compor a variável governança corporativa na análise de regressão.

A Tabela 4 apresenta o resultado das regressões OLS para os modelos 1 e 2, relacionados ao pilar econômico, destacando o teste ANOVA, o R², R² ajustado e a estatística f² de Cohen.

Tabela 4 - Relação entre a Governança Corporativa e os Princípios e Valores do Cooperativismo no Pilar Econômico

Variáveis independentes	Sustentabilidade Econômica					
	Modelo 1			Modelo 2		
	Coef.	SE.	t	Coef.	SE.	t
_cons	11,296***	1,350	8,36	-28,957**	11,458	-2,53
GC	0,157***	0,050	3,13	1,404***	0,462	3,04
PV				3,912***	1,069	3,66
GC X PV				-1,370***	0,480	-2,85
Informações do modelo						
ANOVA	0,0033			0,0000		
R ²	0,2013			0,6396		
R ² ajustado	0,1808			0,6104		
f ²	1 (Forte)					

Legenda: GC = Governança Corporativa; PV = Princípios e Valores.

Nota: ** Significância ao nível de 5%. *** Significância ao nível de 1%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o Modelo 1 da Tabela 4, a governança corporativa apresenta relação positiva e significa, ao nível de 1%, com o pilar econômico. Desta forma, quanto mais desenvolvidos os mecanismos de governança de uma cooperativa de crédito, perante a percepção dos agentes de governança, maior seu pilar econômico.

Esse resultado corrobora com Araujo e Russo (2008) que apontam a governança corporativa, assim como a responsabilidade social e seus stakeholders, como temas-chave para os pilares econômico e social das cooperativas. Scheidt, Stefano e Kos (2019) destacam que, dentre os três pilares da sustentabilidade, diversas cooperativas acabam priorizando o pilar econômico, não alcançando o equilíbrio entre os três para se tornar uma vantagem competitiva.

Ao analisar o Modelo 2, verifica-se que tanto a governança corporativa quanto os princípios e valores do cooperativismo apresentam relação positiva e significativa, ao nível de 1%, com o pilar econômico. Assim, além da governança corporativa ser benéfica para o pilar econômico, verifica-se que a aplicação dos princípios e valores do cooperativismo são importantes para melhorar as práticas do pilar econômico da cooperativa.

No entanto, constata-se que a moderação dos princípios e valores do cooperativismo na relação entre a governança corporativa e o pilar econômico apresenta relação negativa e significativa, ao nível de 1%. Esse achado indica que apesar de individualmente a governança corporativa e os princípios e valores do cooperativismo afetarem positivamente o pilar econômico, quando relacionados, tem-se o efeito negativo.

Quanto a estatística f², verifica-se que para os modelos do pilar econômico os efeitos da variável latente exógena (moderação) são fortes, visto o valor de f² ser superior a 0,35, conforme (Cohen, 1988). Nesse sentido, a influência da variável princípios e valores na relação entre governança corporativa e o pilar econômico é considerada forte.

A Tabela 5 (próxima página) apresenta o resultado das regressões OLS para os modelos 3 e

4, relacionados ao pilar social, destacando o teste ANOVA, o R2, R2 ajustado e a estatística f^2 de Cohen.

Tabela 5 - Relação Entre a Governança Corporativa e os Princípios e Valores do Cooperativismo no Pilar Social

	Sustentabilidade Social					
	Modelo 3			Modelo 4		
	Coef.	SE.	t	Coef.	SE.	t
Variáveis independentes						
_cons	9,155***	1,378	6,64	41,147**	15,884	2,59
GC	0,164***	0,051	3,22	-1,274*	0,640	-1,99
PV				-2,932*	1,482	-1,98
GC X PV				1,476**	0,666	2,22
Informações do modelo						
ANOVA	0,0026			0,0013		
R ²	0,2105			0,3425		
R ² ajustado	0,1902			0,2892		
f^2	0,204 (Médio)					

Legenda: GC = Governança Corporativa; PV = Princípios e Valores.

Nota. * Significância ao nível de 10%. ** Significância ao nível de 5%. *** Significância ao nível de 1%.

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o Modelo 3 da Tabela 5, a governança corporativa apresenta relação positiva e significa, ao nível de 1%, com o pilar social. Desta forma, quanto mais desenvolvidos os mecanismos de governança de uma cooperativa de crédito, perante a percepção dos agentes de governança, maior seu pilar social.

Analisando o Modelo 4, verifica-se que os princípios e valores do cooperativismo apresentam relação negativa e significativa, ao nível de 10%, com o pilar social. Esse resultado indica que a aplicação dos princípios e valores do cooperativismo tendem a reduzir o pilar social da cooperativa. O resultado contrasta com o estudo de Čepinskis, Žirgūtis e Žirgūtienė (2013), que destaca que as cooperativas de crédito são impulsionadoras do desenvolvimento social sustentável, pois contribuem para o empoderamento da comunidade, sendo instituições de valor para todos os seus stakeholders, enquanto as instituições comerciais tradicionais são para seus acionistas.

A literatura enfatiza que o pilar social é importante para as cooperativas, pois precisam informar as suas metas sociais e valores para os seus cooperados. Sendo assim, os gestores das cooperativas precisam considerar os sete valores e princípios cooperativos na gestão de seus objetivos, que reside no reconhecimento de que a sustentabilidade e a justiça social interessam tanto aos consumidores quanto aos produtores (Davis; Bialoskorki Neto, 2010).

Destaca-se que as questões relacionadas ao pilar social apresentaram enfoque na relação entre a cooperativa e os seus colaboradores. Nesse sentido, o impacto negativo dos princípios e valores do cooperativismo não se refere, necessariamente, as relações sociais com os cooperados e a comunidade em geral, mas possivelmente ao nível de satisfação dos colaboradores, o incentivo e o reconhecimento da cooperativa frente o trabalho voluntário dos colaboradores e o oferecimento de ambiente físico agradável e seguro para os colaboradores realizarem suas atividades. Diante disso, o impacto negativo não pode ser generalizado as relações gerais da cooperativa com a sociedade, mas ao vínculo com os colaboradores, que também é uma importante frente de manutenção da longevidade da organização.

Ainda no Modelo 4, constata-se que a moderação dos princípios e valores do cooperativismo sobre a relação governança corporativa e o pilar social apresenta relação positiva e significativa, ao nível de 5%. Esse achado indica que apesar de diretamente os princípios e valores do cooperativismo

afetarem negativamente o pilar social, sua influência indireta é positiva, por meio da moderação, na relação da governança corporativa com o pilar social.

No que tange o aspecto social, Veber et al. (2016) apontam que, quando a cooperativa se preocupa em buscar e disponibilizar informações aos cooperados, colaboradores e usuários, essas iniciativas podem contribuir para uma maior proximidade com a comunidade.

Quanto a estatística f^2 , verifica-se que para os modelos do pilar social os efeitos da variável latente exógena (moderação) são médios, visto o valor de f^2 estar na faixa de 0,15 a 0,35, conforme (Cohen, 1988). Para tanto, a influência da variável princípios e valores na relação entre governança corporativa e o pilar social é tida como média, ou seja, seus impactos não são fortes nem fracos.

A Tabela 6 apresenta o resultado das regressões OLS para os modelos 5 e 6, relacionados ao pilar ambiental, destacando o teste ANOVA, o R², R² ajustado e a estatística f^2 de Cohen.

Tabela 6 - Relação entre a governança corporativa e os princípios e valores do cooperativismo no pilar ambiental

	Sustentabilidade Ambiental					
	Modelo 5			Modelo 6		
	Coef.	SE.	t	Coef.	SE.	t
Variáveis independentes						
_cons	4,450	2,963	1,50	43,994	33,855	1,30
GC	0,299**	0,109	2,73	-1,768	1,365	-1,30
PV				-3,510	3,160	-1,11
GC X PV				2,075	1,419	1,46
Informações do modelo						
ANOVA	0,0095			0,0029		
R ²	0,1602			0,3124		
R ² ajustado	0,1387			0,2566		
f^2	0,221 (Médio)					

Legenda: GC = Governança Corporativa; PV = Princípios e Valores.

Nota. * Significância ao nível de 10%. ** Significância ao nível de 5%. *** Significância ao nível de 1%.

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o Modelo 5 da Tabela 6, a governança corporativa apresenta relação positiva e significa, ao nível de 5%, com o pilar ambiental. Desta forma, quanto mais desenvolvidos os mecanismos de governança de uma cooperativa de crédito, maior seu pilar ambiental. Esse resultado difere do estudo de Server Izquierdo e Capó i Vicedo (2011), que destacam que a questão ambiental não é tão evidente nas cooperativas de crédito. Contudo, vale ressaltar que as questões ambientais se tornaram preocupações muito mais debatidas e implementadas nas organizações, o que possivelmente modificou a realidade estudada por Server Izquierdo e Capó i Vicedo em 2011.

Analisando o Modelo 6, verifica-se que não há nenhuma relação significativa dos princípios e valores do cooperativismo, bem como da moderação, com o pilar ambiental. Esse resultado pode ser decorrente do próprio ramo de atividade da cooperativa de crédito, que em virtude dos impactos diretos no meio ambiente serem reduzidos não tem foco na avaliação e controle desses efeitos. Além disso, esse resultado pode ser indício de que a cooperativa não possui uma política sobre a concessão de crédito para empreendimentos com potenciais impactos ambientais. Nesse sentido, os achados trazem indicativos de que as cooperativas de crédito atuam no contexto da sustentabilidade ambiental em questões mais abrangentes, como programas de logística reversa com fornecedores e coleta seletiva de lixo nas dependências das cooperativas, por exemplo.

De forma geral, os resultados indicam que a governança corporativa impacta positivamente o tripé da sustentabilidade, o que suporta a hipótese 1 do estudo. Esse resultado corrobora com o entendimento de que a adoção de boas práticas de governança é benéfica para o sucesso e a perenidade das organizações, no caso do estudo, para as cooperativas de crédito. Esse resultado

coaduna com a pesquisa de Tres, Mazzioni e Baú Dal Magro (2022), que investigaram cooperativas agropecuárias. O referido estudo argumenta que na percepção dos agentes, a governança corporativa tem papel importante no alcance da sustentabilidade nas cooperativas. Conforme Viana, Roehe Vaccaro e Senna Venzke (2018), a estrutura de governança das cooperativas, voltada aos princípios e valores sociais, proporciona um melhor alcance da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Em relação aos princípios e valores do cooperativismo, constata-se relações significativas apenas nos pilares econômico e social. Em que os princípios influenciam de forma positiva o pilar econômico e de forma negativa o pilar social. Assim, a hipótese 2 do estudo é suportada apenas para o pilar econômico. O resultado para o pilar econômico corrobora com o entendimento de que as práticas cooperativistas promovem o crescimento econômico sustentável, ou seja, de que os princípios e os valores que norteiam as cooperativas são pautados na perenidade da organização, considerando para isso diversos aspectos, incluindo o econômico (Sistema OCB, 2016). O resultado difere da pesquisa de Tres, Mazzioni e Baú Dal Magro (2022), que verificou relação positiva e significativa dos princípios e valores do cooperativismo para todos os três pilares da sustentabilidade em cooperativas agropecuárias. A divergência pode ser em decorrência da dificuldade que as organizações enfrentam em aplicar estratégias que promovam a sustentabilidade, conforme destaca Viana, Roehe Vaccaro e Senna Venzke (2018).

Quanto o efeito da moderação dos princípios e valores do cooperativismo na relação entre governança corporativa e a sustentabilidade, verificou-se relações significativas apenas para os pilares econômico e social, contudo apenas para o pilar social o efeito foi positivo. Esse resultado indica que as cooperativas de crédito potencializam o pilar social quando adotam boas práticas de governança corporativa e estão alinhadas com os princípios e valores do cooperativismo. Nesse sentido, a hipótese 3 do estudo é suportada

apenas para o pilar social das cooperativas. O resultado pode ser um indicativo de que nas cooperativas de crédito ainda não há equilíbrio, nas decisões estratégicas, quanto aos pilares da sustentabilidade, havendo predomínio de um pilar sobre o outro (Rocha; Steiner Neto, 2019).

A literatura aponta que é importante para as cooperativas se posicionarem como sendo instituições sustentáveis, pois possuem um papel ativo na sociedade (Dale et al., 2013). De maneira geral, os estudos apontam que, dentre os três pilares da sustentabilidade, as cooperativas possuem características mais fortes no âmbito social e econômico (Goddard; Mckillop; Wilson, 2002). Porém, aponta-se que, é importante que as cooperativas desenvolvam os três pilares (Claro; Claro; Amâncio, 2008).

Os três pilares da sustentabilidade são importantes porque, com alinhamento entre sustentabilidade e a avaliação do desempenho estratégico da empresa, pode ocorrer a potencialização de mudanças de comportamento em prol da produção e do consumo sustentáveis. De acordo com Claro, Claro e Amâncio (2008), quando se trata de sustentabilidade, é importante trazer esse conceito abstrato para uma esfera mais prática, principalmente para que seja possível equilibrar o desempenho econômico com justiça e desenvolvimento socioambiental.

5 CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo analisar a influência dos princípios e valores do cooperativismo na relação entre a governança corporativa e o tripé da sustentabilidade. Para tanto, realizou-se a pesquisa com 41 agentes de governança do setor de cooperativas de crédito (uma Central e suas 13 filiadas).

Os resultados indicam que a governança corporativa impacta positivamente os pilares econômico, ambiental e social. Desta forma, quanto mais desenvolvidos os mecanismos de governança de uma cooperativa de crédito, maior tende a ser o tripé da sustentabilidade. Esse resultado corrobora com o entendimento de que a adoção de boas práticas de governança

é benéfica para o sucesso e a perenidade das organizações.

Em relação aos princípios e valores do cooperativismo, constata-se relações significativas apenas com os pilares econômico e social, com efeitos positivos e negativos, respectivamente. Assim, verifica-se que a aplicação dos princípios e valores do cooperativismo são importantes para melhorar as práticas do pilar econômico da cooperativa, por outro lado, não promovem o pilar social. O resultado para o pilar econômico corrobora com o entendimento de que as práticas cooperativistas promovem o crescimento econômico sustentável, ou seja, de que os princípios e os valores que norteiam as cooperativas são pautados na perenidade da organização, considerando para isso diversos aspectos, incluindo o econômico.

Quanto o efeito da moderação dos princípios e valores do cooperativismo na relação entre a governança corporativa e a sustentabilidade nas três perspectivas, verificou-se relações significativas apenas para os pilares econômico e social, contudo apenas para o pilar social o efeito foi positivo. Nesse sentido, as cooperativas de crédito potencializam o pilar social quando adotam boas práticas de governança corporativa e estão alinhadas com os princípios e valores do cooperativismo.

Como contribuição teórica, esse estudo buscou ampliar as discussões sobre governança corporativa considerando o contexto da sustentabilidade, que ainda é pouco explorado. Destaca-se principalmente a relação encontrada de que a governança corporativa beneficia os três pilares relacionados à sustentabilidade, pois, de maneira geral, os estudos nesta área focam mais no pilar econômico.

A principal contribuição prática deste estudo é sinalizar às cooperativas de crédito sobre a importância de se trabalhar os três pilares da sustentabilidade, pois quando relacionadas com os princípios e valores da organização, podem contribuir para o crescimento da organização. Além disso, o estudo contribui com o conhecimento teórico-empírico sobre o alinhamento entre a governança corporativa e

os princípios e valores cooperativistas, trazendo novos insights e compressões sobre esse relacionamento.

Quanto a contribuição social, o estudo traz achados sobre um importante segmento que são as cooperativas de crédito. Compreender os elementos que podem contribuir com a perenidade dessas organizações é relevante, tanto para os cooperados e governo quanto a sociedade em geral, visto seu impacto econômico e social nas regiões em que atuam. Como limitações, destaca-se que os resultados do estudo não podem ser generalizados para todas as configurações de cooperativas. Ademais, o estudo utilizou como base a percepção dos agentes de governança para investigar as relações propostas, as quais podem apresentar vieses, como a de auto seleção e o da desejabilidade social. Para tanto, é importante considerar o contexto da pesquisa e os procedimentos utilizados no momento de analisar os resultados identificados. Outra limitação encontrada com a pesquisa foi a baixa adesão dos respondentes ao questionário, acredita-se que poderiam ter sido encontrados resultados diferentes se o número de respondentes fosse maior.

Para pesquisa futuras, recomenda-se a aplicação do estudo para uma amostra maior de respondentes, buscando atender também outros agentes da estrutura cooperativa, como os associados, conselho fiscal, conselho consultivo, comitês sociais etc. Além disso, sugere-se a aplicação em outros tipos de cooperativas, como de consumo, agropecuárias, saúde etc., permitindo a expansão da análise em diferentes configurações. Por fim, seria relevante a aplicação do estudo em outras regiões do Brasil, para verificar se as características regionais influenciam na relação da governança corporativa e dos princípios e valores do cooperativismo no tripé da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. P.; RUSSO, D. R. Governança Corporativa: novos mecanismos de responsabilidade social e de sustentabilidade. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 5, n. 1, p. 33-38, 2008. DOI 10.25112/rgd.v5i1.901

BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 6, p. 827-841, 2013. DOI 10.5902/198346598879

BILAR, A. B. C.; TAVARES, C. H. T.; BEZERRA, J. K. G. S.; BRASIL, J. M. S.; SANTANA, L. N.; FEITOSA, M. J. S.; SILVA, N. R.; PIMENTEL, R. M. M.; FERREIRA, R. S.; SILVA, T. A. P. Desenvolvimento sustentável em publicações científicas brasileiras: uma revisão sistemática. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, v. 6, n. 1, p. 051–059, 2021. DOI 10.24221/jeap.6.1.2021.4092.051-059

BOMFIM, E. T.; TEIXEIRA, W. S.; MONTE, P. A. Relação entre o disclosure da sustentabilidade com a governança corporativa: um estudo nas empresas listadas no Ibrx-100. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 10, n. 1, p. 6-28, 2015. DOI: 10.21446/scg_ufrj.v10i1.13341

CARNEIRO, C. A.; MOURA-LEITE, R. C.; ARRUDA, A. A operacionalização dos princípios cooperativistas sob a ótica da sustentabilidade. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, v. 3, n. 2, p. 54–70, 2018.

CASAGRANDE, R. M.; LAVARDA, C. E. F. Convergências teóricas entre a governança corporativa e a sustentabilidade sob a perspectiva da legitimidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental-RGSA**, v. 9, n. 2, p. 88-101, 2015. DOI 10.24857/rgsa.v9i2.1006

ČEPINSKIS, J.; ŽIRGUTIS, V.; ŽIRGUTIENĖ, S. Financial cooperatives as drivers for sustainable development in the knowledge economy. **Environmental Research, Engineering and Management**, v. 66, n. 4, p. 38-50, 2013. DOI 10.5755/j01.erem.66.4.5497

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008. DOI 10.1590/S0080-21072008000400001

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. Routledge, 1988.

COSTA, D. R. M.; CHADDAD, F. B.; AZEVEDO, P. F. The determinants of ownership structure: evidence from Brazilian agricultural cooperatives. **Agribusiness**, v. 29, n. 1, p. 62-79, 2013. DOI 10.1002/agr.21325

CUNHA, J. G. M. C. da; DERETTI, S.; SILVA, E. D. da. Governança corporativa e responsabilidade social corporativa: uma revisão sistemática desta relação. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 1, p. 123–140, 2015. DOI: 10.5007/2175-8077.2015v17n43p123.

DALE, V. H.; KLINE, K. L.; KAFFKA, S. R.; LANGEVELD, J. W. A. A landscape perspective on sustainability of agricultural systems. **Landscape ecology**, v. 28, n. 6, p. 1111-1123, 2013. DOI 10.1007/s10980-012-9814-4

DAVIS, P.; BIALOSKORKI NETO, S. Governança e gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. **Economia Solidária e Ação Cooperativa-ESAC**, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2010.

FERNANDEZ-GUADAÑO, J.; LOPEZ-MILLAN, M.; SARRIA-PEDROZA, J. Cooperative entrepreneurship model for sustainable development. **Sustainability**, v.12, n. 13, 5462, 2020. DOI: 10.3390/su12135462

GODDARD, J. A.; MCKILLOP, D. G.; WILSON, J. O. The growth of US credit unions. **Journal of Banking & Finance**, v. 26, n. 12, p. 2327-2356, 2002. DOI 10.1016/S0378-4266(01)00203-5

GRÜN, R. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 139-161, 2003. DOI 10.1590/S0102-69092003000200008

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Bookman editora, 2009.

INTERNATIONAL COOPERATIVE ALLIANCE. **About us**, 2021. Disponível em: <https://www.ica.coop/en>. Acesso em: 20 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

LODHIA, S.; MARTIN, N. Corporate sustainability indicators: an Australian mining case study. **Journal of Cleaner Production**, v. 84, p. 107-115, 2014.

MACIEL, A. P. B.; SEIBERT, R. M.; SILVA, R. C. F.; WBATUBA, B. B. R.; SALLA, N. M. C. Governança em Cooperativas: Aplicação em uma Cooperativa Agropecuária. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n. 4, p. 601-619, 2018. DOI 10.1590/1982-7849rac2018170228

MAIMON, D. **Passaporte verde: gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MANZINI, E.; VEZZOLI, C. A. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais**. 3. ed. Editora Edusp, 2002.

MICHELON, G.; PARBONETTI, A. The effect of corporate governance on sustainability disclosure. **Journal of Management & Governance**, v. 16, n. 3, p. 477-509, 2012. DOI 10.1007/s10997-010-9160-3

MONEVA, J. M.; RIVERA-LIRIO, J. M.; MUÑOZ-TORRES, M. J. The corporate stakeholder commitment and social and financial performance. **Industrial Management & Data Systems**, v. 107, n. 1, p. 84-102, 2007. DOI 10.1108/02635570710719070

NEWELL, R.; DALE, A.; HERBERT, Y.; DUGUID, F.; FOON, R.; HOUGH, P. Trans-disciplinary Research: An Academic-Practitioner Partnership Effort on Investigating the Relationship between the Cooperative Model and Sustainability. **International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences**, v. 4, n. 1, p. 23-53, 2015. DOI 10.17583/rimcis.2015.02

NUNES, B.; ALAMINO, R. C.; SHAW, D.; BENNETT, D. Modelling sustainability performance to achieve

absolute reductions in socio-ecological systems. **Journal of Cleaner Production**, v. 132, p. 32-44, 2016.

ROCHA, A. C.; STEINER NETO, P. J. Formulação das Estratégias e a Sustentabilidade: Casos de Cooperativas Agropecuárias da Região Sul do Brasil. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 12, n. 2, p. 113-141, 2019. DOI: 10.19177/reen.v12e22019113-141

SANTOS, M. B.; SCHERER, F. L.; CAMPARA, J. P.; TRINDADE, N. R.; FERREIRA, G. M. V. Tipologias de governança corporativa em cooperativas de crédito no Brasil. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 8, n. 16, p. 01–30, 2022. DOI: 10.5902/2359043244401.

SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R. PETERSEN, H. **An introduction to corporate environmental management: Striving for sustainability**. Routledge, 2017.

SCHEIDT, G. B.; STEFANO, S. R.; KOS, S. R. Desempenho da Sustentabilidade em uma Cooperativa de Crédito: uma proposta de análise na visão dos gestores. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 71-93, 2019. DOI 10.18256/2237-7956.2019.v9i1.3248

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015. DOI: 10.4013/otra.2015.916.07

SERVER IZQUIERDO, R. J.; CAPÓ I VICEDO, J. The interrelationship between the demands of Corporate Social Responsibility and co-operative principles and values. **CIRIEC-España. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, v. 73, p. 213-232, 2011.

SISTEMA OCB. **Manual de Boas Práticas de Governança Corporativa**, 2016. Disponível em: <http://governancacoop.brasilcooperativo.coop.br>. Acesso em: 30 maio 2021.

SISTEMA OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**, 2020. Disponível em: <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo>. Acesso em: 20 set. 2021.

SISTEMA OCB. **Ramos do Cooperativismo**, 2021. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ramos>. Acesso em: 20 set. 2021.

TOSINI, M. D. F. C.; BASTOS, A. M. Governança cooperativa: as funções de fiscalização e controle em cooperativas de crédito no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 4, p. 75-89, 2008.

TRES, N.; MAZZIONI, S.; BAÚ DAL MAGRO, C. Sensibilidade da Sustentabilidade ao Cooperativismo e a Governança Corporativa. **Contabilidade Gestão E Governança**, v. 25, n. 2, p. 142–158, 2022. DOI 10.51341/cgg.v25i2.2705

VEBER, C.; LENGELER, L.; DE OLIVEIRA, J. M.; ESTIVALETE, V. D. F. B.; KNEIPP, J. M. A percepção dos gestores sobre as dimensões da sustentabilidade. **Revista Sociais e Humanas**, v. 29, n. 3, 2016. DOI 10.5902/2317175823165

VIANA, C. L. **Desempenho de sustentabilidade de cooperativas de crédito: um estudo em um sistema cooperativo de crédito brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Negócios) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

VIANA, C. L.; ROEHE VACCARO, G. L.; SENNA VENZKE, C. Sustentabilidade e os diferenciais Cooperativos: Um estudo em um Sistema Cooperativo de Crédito. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 5, n. 9, p. 163–180, 2018. DOI: 10.5902/2359043230627

ANEXO

Representatividade e Participação	
RPQ1	Na sua percepção a Cooperativa utiliza as assembleias e pré-assembleias como fórum de tratamento justo e igualitário aos seus associados e oportuniza discutirem seus posicionamentos e expectativas.
RPQ2	Na sua percepção a Cooperativa realiza esforços para assegurar a efetiva representatividade e participação dos associados nas deliberações da assembleia geral.
RPQ3	A divulgação do local, data e hora da realização das assembleias pela Cooperativa facilita e estimula a presença dos associados.
RPQ4	A divulgação de Assembleia Geral com pautas complexas - tais como alteração na área de ação, mudança nas condições estatutárias, transformação, fusão, incorporação, desmembramento, liquidação e demais assuntos relevantes - é realizada com maior antecedência do que em casos comuns.
RPQ5	A quantidade de reuniões locais com os associados (pré-assembleias) é suficiente para discutir os assuntos constantes na pauta das assembleias gerais.
RPQ6	Na sua percepção a realização de reuniões prévias na Cooperativa com os delegados para subsidiar o posicionamento dos seus representados sobre as deliberações constitui-se numa ação eficaz.
RPQ7	A Cooperativa detalha a pauta da assembleia geral a fim de que os temas a serem discutidos sejam de conhecimento prévio e, costumeiramente, não inclui o item "outros assuntos".
RPQ8	O texto da pauta da assembleia geral contém uma linguagem de fácil compreensão e adequada às características dos associados da Cooperativa.
RPQ9	A Cooperativa, antes da publicação do edital de convocação, oferece mecanismos para que os associados enviem propostas de temas para serem incluídos na pauta da assembleia geral.
RPQ10	Na sua percepção a deliberação sobre a prestação de contas na assembleia geral ordinária é precedida da leitura dos pareceres da auditoria externa e do conselho fiscal contribui para o posicionamento do voto dos associados.
RPQ11	A ata da assembleia geral relata todos os fatos ocorridos e as deliberações dos associados, inclusive dissidências.
RPQ12	A apreciação e a votação individual de cada item da pauta da assembleia geral contribuem para a lisura do processo.
RPQ13	A Cooperativa adota o procedimento transparente de contagem e divulgação dos votos nas assembleias.
RPQ14	Na sua percepção a comissão eleitoral atua de forma autônoma e reporta-se operacionalmente ao órgão de administração estratégica, que é responsável por nomeá-la.
RPQ15	A comissão eleitoral é formada com antecedência suficiente para atender a todos os prazos necessários à organização do processo eleitoral.
RPQ16	A comissão eleitoral é formada por número ímpar de associados, com no mínimo três integrantes, que não tenham sido eleitos para os mandatos estatutários vigentes e que não sejam parentes até segundo grau destes e nem dos candidatos. Na sua percepção, quanto sua Cooperativa atende este procedimento?
RPQ17	Na sua percepção os normativos da Cooperativa estabelecem critérios que assegurem a não existência de vinculação econômica ou funcional entre os membros do órgão de administração e conselho fiscal.
RPQ18	Os candidatos ao órgão de administração e conselho fiscal atendem a condições mínimas de capacitação técnica adequada; conhecimento do sistema financeiro, do negócio e respectivos riscos; participação em treinamento ou programa de preparação para dirigentes de Cooperativas de crédito; boa reputação no segmento cooperativista e na comunidade local.
RPQ19	A administração da Cooperativa assegura aos candidatos ao órgão de administração e conselho fiscal eleitos o acesso a treinamento para capacitação ao exercício de suas funções.
RPQ20	O prazo da divulgação dos nomes e perfis dos candidatos ao órgão de administração e conselho fiscal são divulgados previamente à assembleia geral.
RPQ21	Na sua percepção a Cooperativa oferece canais de informações aos associados, alternativos e complementares à assembleia geral.
RPQ22	Na sua percepção a Cooperativa possui canais de recebimento de sugestões e reclamações, devendo ser dado retorno ao associado acerca do andamento de suas contribuições.
RPQ23	Na sua percepção a Cooperativa busca a renovação permanente dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Direção Estratégica	
DEQ1	As deliberações estratégicas, a definição de políticas da Cooperativa e a prestação de contas aos associados, são executadas por conselheiros de administração ou diretores que não ocupam funções executivas.
DEQ2	Na sua percepção as reuniões dos administradores com funções estratégicas acontecem, via de regra, sem a participação de administradores com funções executivas, salvo quando chamados a prestarem esclarecimentos.
DEQ3	Os administradores com funções estratégicas elegem, entre seus pares, o presidente do colegiado, que não exerce funções executivas e responderá pelas atividades do órgão. Na sua percepção, quanto sua Cooperativa atende este procedimento?
DEQ4	O presidente do órgão de administração estratégica tem como principal função coordenar as atividades do colegiado, incluídas aquelas relativas ao acompanhamento da atuação dos administradores com funções executivas e à prestação de contas aos associados em reuniões assembleares.
DEQ5	Na sua percepção a Cooperativa prioriza a criação de comitês não operacionais para análise de questões estratégicas e acompanhamento da gestão da Cooperativa, tais como risco, política de crédito, remuneração dos administradores e reorganização societária.
DEQ6	Na sua percepção as análises e propostas dos comitês são sistematicamente submetidas à avaliação do órgão de administração estratégica.
DEQ7	Membros do órgão de administração estratégica empossados recebem informações necessárias à sua atuação, que incluem: histórico da Cooperativa; estrutura; processos; sistemas; mercados e concorrentes, conhecimento das políticas dos órgãos reguladores; regras de funcionamento; relatórios anuais; atas; pareceres do conselho fiscal e das auditorias; planejamento estratégico, dentre outros.
DEQ8	O órgão de administração estratégica se utiliza dos trabalhos das auditorias internas e externa como fonte de informação sobre o funcionamento da Cooperativa, independentemente das informações reportadas pelos administradores com funções executivas.

Gestão Executiva	
GEQ1	Na sua percepção os administradores com funções executivas (diretores) são responsáveis pelo cumprimento das diretrizes fixadas pelo órgão de administração estratégica e devem prestar contas de sua atuação ao executivo principal, ao conselho de administração, ao conselho fiscal e às instâncias de auditoria, sempre que solicitado.
GEQ2	Os administradores com funções executivas (diretores) possuem competência técnica e gerencial compatível com a complexidade das funções exercidas.
GEQ3	Os administradores com funções executivas (diretores) certificam a adequação de demonstrações financeiras e relatórios encaminhados ao órgão de administração estratégica, conselho fiscal, associados e órgãos externos de controle, atestando que não existem omissões ou falsas declarações.
GEQ4	O código de conduta contempla mecanismos que resguardem de punições ou retaliações aqueles que, de boa fé e com intuito de promover o cumprimento do código e a atuação da Cooperativa, apresentem eventuais denúncias.
GEQ5	Na sua percepção a Cooperativa regulamenta a realização de transações comerciais com administradores ou seus parentes, ou empresas com as quais detenham vínculo relevante.
GEQ6	Os administradores com funções executivas (diretores) abdicam do direito de voto sempre que as discussões envolverem matérias pertinentes à fixação de diretrizes de gestão.
GEQ7	A Cooperativa possui uma política de gestão de riscos amplamente divulgada para o quadro funcional, documentando critérios e procedimentos.
GEQ8	O conselho fiscal tem acesso aos documentos necessários com antecedência suficiente para a execução de suas tarefas.
GEQ9	Na sua percepção a Cooperativa realiza esforços para detalhar os dados econômico-financeiros e os indicadores de desempenho.
GEQ10	Os administradores com funções executivas (diretores) estabelecem parâmetros de comparação com outras Cooperativas, especialmente em temas como custos administrativos frente à receita, nível de exposição a riscos e índices de inadimplência.
GEQ11	Na sua percepção a transparência e divulgação dos valores e critérios de remuneração dos administradores estão disponíveis a qualquer associado.

Fiscalização e Controle	
FCQ1	Na sua percepção todos os associados possuem ciência de seus direitos e deveres legais e estatutários, especialmente em casos de perda e/ou prejuízo.
FCQ2	Na sua percepção a Cooperativa assegura canais institucionais para que os associados exerçam efetivamente seu direito-dever de fiscalizar e controlar os negócios da Cooperativa.
FCQ3	Na sua percepção a auditoria interna é subordinada ao presidente do órgão de conselho de administração.
FCQ4	Na sua percepção a auditoria externa reporta-se diretamente ao conselho de administração.
FCQ5	Na sua percepção os relatórios das auditorias (interna e externa) são encaminhados a todos os órgãos estatutários da Cooperativa.
FCQ6	Na sua percepção os normativos da Cooperativa contêm dispositivos que assegurem a independência das auditorias externa e interna.
FCQ7	Na sua percepção o conselho fiscal é um órgão independente do conselho de administração da Cooperativa, com o objetivo de fiscalizá-la como representante dos interesses dos associados.
FCQ8	O conselho fiscal é atuante na verificação das obrigações legais e estatutárias e no exame da gestão e dos atos que tenham impacto sobre os resultados da Cooperativa.
FCQ9	São assegurados ao conselho fiscal os recursos necessários para a efetiva fiscalização da Cooperativa.
FCQ10	O conselho fiscal tem autonomia para solicitar à administração esclarecimentos ou informações relativas à sua função fiscalizadora.
FCQ11	O conselho fiscal tem autonomia para solicitar aos auditores internos e externos esclarecimentos ou informações.
FCQ12	Na sua percepção o conselho fiscal tem autonomia para convocar qualquer parte interessada às atividades da Cooperativa, a fim de prestar esclarecimentos.
FCQ13	A remuneração dos conselheiros fiscais é equivalente à dos administradores com funções estratégicas.
FCQ14	O conselho fiscal acompanha o plano de trabalho das auditorias externa e interna e a discussão sobre eventuais pontos de discordância entre auditores e administradores.
Princípios e valores do cooperativismo	
PVQ1	Na sua percepção a Cooperativa é uma organização voluntária, aberta a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação social, racial, política, religiosa ou de gênero.
PVQ2	Na sua percepção, na Cooperativa de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto).
PVQ3	Na sua percepção os homens e as mulheres eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes.
PVQ4	A Cooperativa é uma organização democrática, controlada pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões.
PVQ5	Os membros contribuem equitativamente para o capital da Cooperativa e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da Cooperativa.
PVQ6	Os membros da Cooperativa recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.
PVQ7	Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: Desenvolvimento da Cooperativa, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;
PVQ8	Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a Cooperativa; Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
PVQ9	A Cooperativa é uma organização autônoma, de ajuda mútua, controlada pelos seus membros.
PVQ10	Na sua percepção a Cooperativa firma acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou ao recorrer a capital externo, fazem em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros, mantendo a sua autonomia.
PVQ11	Na sua percepção a Cooperativa promove a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, na quantidade e de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
PVQ12	A Cooperativa serve de forma mais eficaz aos seus membros e dá mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
PVQ13	Na sua percepção a Cooperativa trabalha para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

Sustentabilidade Econômica	
SEQ1	Na sua percepção a Cooperativa desenvolve e gerencia ações de desempenho econômico, com foco no atendimento das necessidades financeiras dos associados e na manutenção da viabilidade econômica da Cooperativa.
SEQ2	A Cooperativa desenvolve e gerencia ações de suas sobras, permitindo que tenha viabilidade econômica, fundos de reserva e crescimento para oferecer mais soluções para os associados.
SEQ3	A Cooperativa desenvolve e gerencia ações do seu impacto indireto no desenvolvimento local, mantendo recursos na região, gerando dinamismo econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas.
SEQ4	Na sua percepção a Cooperativa desenvolve e gerencia ações de financiamento da agricultura familiar, empreendedorismo de baixa renda (microcrédito) e empreendimentos associativos.
SEQ5	A Cooperativa desenvolve e gerencia ações para melhoria da educação financeira dos seus associados, para uma vida financeira saudável.
SEQ6	A Cooperativa desenvolve e gerencia ações para a concessão de crédito responsável, que proporcione benefícios aos associados e que não implique prejuízos pela falta de capacidade de pagamento.
Sustentabilidade Social	
SSQ1	Na sua percepção a Cooperativa desenvolve ações e gerencia o nível de satisfação dos seus funcionários.
SSQ2	A Cooperativa desenvolve ações e gerencia a diversidade e a inclusão no quadro de funcionários (diferentes etnias, crenças, gênero, pessoas com deficiência, idade, dentre outras características).
SSQ3	A Cooperativa desenvolve ações e gerencia a capacitação continuada dos colaboradores, incluindo os temas do cooperativismo e da sustentabilidade.
SSQ4	Na sua percepção além de cumprir as obrigações legais, a Cooperativa se preocupa em oferecer a seus colaboradores um ambiente físico agradável e seguro.
SSQ5	As dependências da Cooperativa contam com recursos para facilitar o deslocamento e a convivência de pessoas com deficiência motora, auditiva ou visual.
SSQ6	A Cooperativa incentiva e reconhece o trabalho voluntário de seus colaboradores na comunidade.
Sustentabilidade Ambiental	
SAQ1	Na sua percepção a Cooperativa conhece, entende e avalia os impactos diretos de suas atividades sobre o meio ambiente (resíduos, emissão de poluentes, consumo de energia e água), mantendo relatórios de mensuração.
SAQ2	A Cooperativa discute parcerias com fornecedores, visando a logística reversa ao fabricante de materiais descartados (pilhas, baterias, lâmpadas, tonners).
SAQ3	A Cooperativa procura implementar em suas dependências e em suas atividades ações que visam preservar o meio ambiente, a exemplo da coleta seletiva de lixo.
SAQ4	Na sua percepção a Cooperativa promove a educação ambiental para os colaboradores, familiares e comunidade, como forma efetiva de reduzir os impactos ambientais.
SAQ5	A Cooperativa avalia os potenciais impactos ambientais no momento da concessão de crédito.
SAQ6	Empreendimento com impactos ambientais negativos pode ter seu financiamento indeferido.